

Economia

Casa própria.

O governo anunciou ontem que elevará o valor dos imóveis com benefícios fiscais no âmbito do Minha Casa, Minha Vida de R\$ 60 mil para R\$ 75 mil. ■

Copa do Mundo.

Na mesma medida, benefícios ligados à Copa de 2014: serão desoneradas de algumas taxas as compras de empresas relacionadas à construção de estádios. ■

Mais tempo. Governo estuda ainda o aumento da idade mínima para o pedido de aposentadoria

Reforma da Previdência prevê o fim das pensões herdadas

Entre as propostas está unificar o sistema previdenciário, o que afetaria também os funcionários públicos

QUATRO MUDANÇAS ESTÃO POR VIR

Veja o que está em estudo pelo Ministério da Previdência Social e que vai mexer com a aposentadoria de todo mundo.

Reações

Veja o que dizem sindicatos e advogados

CHICO GUEDES



“O governo pode refazer as regras previdenciárias a todo o momento. No entanto, além dos gastos com pensões e aposentadorias, existem situações mais graves e preocupantes, como a sonegação das empresas no pagamento da taxa de INSS. Combatendo fraudes, seria possível aumentar a arrecadação e garantir os benefícios sociais”

EUSTACHIO RAMACCIOTTI
Advogado previdenciário

“Já houve uma tentativa de união das previdências, mas essas ações vão trazer enormes perdas para o funcionário público. Isso tudo para se evitar a quebra do sistema da seguridade social, que está sendo gerido de forma inadequada e contrária a qualquer cálculo atuarial que se possa fazer”

RODRIGO ROCHA RODRIGUES
Diretor jurídico do Sindipúblicos

“O governo já fez mudanças na aposentadoria dos servidores. Fomos derrotados por eles. A união do regime dos servidores ao INSS pode até acontecer desde que o governo encontre uma maneira de garantir uma aposentadoria complementar a todos os funcionários públicos”

JOSÉ MAGESK
Coordenador do Sintufes

GILDO LOYOLA



“A Previdência quer derrubar as conquistas dos trabalhadores para ter mais dinheiro. O problema é que quanto mais recursos,

O que é?

Hoje, a idade mínima para se aposentar pelo INSS é de **48 anos** para mulher e **53 anos** para homem. O governo quer aumentar essa idade para impedir que pessoas ainda com potencial econômico saiam do mercado de trabalho. A intenção é evitar mais custos para a Previdência Social.

Polêmica

Os trabalhadores são contra o aumento da idade mínima, pois a mudança vai atrapalhar os trabalhadores que entraram bem jovens no mercado. Um outro motivo é que a Força Sindical tem lutado por mais conquistas previdenciárias. A alteração da idade mínima não resolverá o problema do Fator Previdenciário, nem elevará o benefício. A mudança trará mais dificuldades para a solicitação da aposentadoria.

1



Aumento da idade mínima para aposentadoria

Hoje, o cônjuge e filhos com até **18 anos** têm direito à pensão por morte. O governo quer acabar com esse benefício com a intenção de preservar o dinheiro do sistema previdenciário e de evitar fraudes.

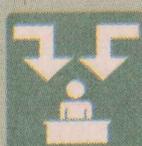
Várias famílias vivem das pensões. O governo não explica como seria a compensação financeira para os filhos e cônjuges de trabalhadores falecidos.

2



Fim das pensões

3



Uma única previdência

Além da Previdência Social, existem vários regimes de previdência voltados para os trabalhadores públicos. O governo quer concentrar todas as contribuições em apenas um órgão: o INSS.

Existem critérios diferentes para a liberação da aposentadoria de um servidor. Algumas categorias conseguem se aposentar com salários acima de **R\$ 20 mil**. Com a integração das previdências, os servidores teriam que ser enquadrados no sistema do INSS, que paga **R\$ 3.467,40** como valor máximo de aposentadoria.

MIKAELLA CAMPOS
malmeida@reddegazeta.com.br

■ Do aumento da idade mínima para a aposentadoria ao fim das pensões herdadas, o governo estuda revolucionar o sistema previdenciário. Todos os trabalhadores, inclusive os servidores públicos, podem ser atingidos pela possível reforma.

A intenção do ministério da Previdência Social é cortar os gastos. No entanto, as sugestões de mudanças já começam a formar um cenário cheio de polêmicas e de preocupações.

Uma das alterações que o governo analisa é o aumento da idade mínima para a aposentadoria. A classe sindical é contrária à proposta. “Somos a favor de melhorias. Não vamos discutir o fim das nossas conquistas. O governo está querendo derrubar tudo que lutamos para conseguir”, diz o presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, João Inocentini Batista.

Outra medida extremista que pode entrar em vigor, segundo o ministro da Previdência, Carlos Eduardo Gabas, é o fim das pensões herdadas. Com a mudança, na morte de um segurado o cônjuge não terá direito de receber o benefício. O motivo é o grande número de fraudes e os encargos que o benefício gera para o Instituto Nacional do Seguro

ma previdenciário. O governo quer aumentar essa idade para impedir que pessoas ainda com potencial econômico saiam do mercado de trabalho. A intenção é evitar mais custos para a Previdência Social.

Aumento da idade mínima para aposentadoria

A intenção do ministério da Previdência Social é cortar os gastos. No entanto, as sugestões de mudanças já começam a formar um cenário cheio de polêmicas e de preocupações.

Uma das alterações que o governo analisa é o aumento da idade mínima para a aposentadoria. A classe sindical é contrária à proposta. "Somos a favor de melhorias. Não vamos discutir o fim das nossas conquistas. O governo está querendo derrubar tudo que lutamos para conseguir", diz o presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, João Inocentini Batista.

Outra medida extremista que pode entrar em vigor, segundo o ministro da Previdência, Carlos Eduardo Gabas, é o fim das pensões herdadas. Com a mudança, na morte de um segurado o cônjuge não terá direito de receber o benefício. O motivo é o grande número de fraudes e os encargos que o benefício gera para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Só no Espírito Santo, a Previdência paga mais de R\$ 78 milhões em pensões.

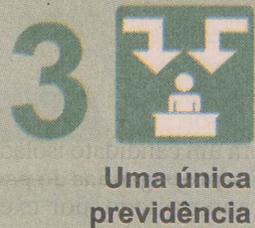
Outra proposta, em estudo, vai atingir o bolso dos servidores públicos se for colocada em prática: a unificação do sistema previdenciário. Nesse caso, o funcionalismo passaria a ser atendido pelo INSS, assim como os trabalhadores da iniciativa privada. A mudança é de grande divergência entre governo e servidores, pois algumas categorias hoje ostentam aposentadorias acima de R\$ 20 mil. O valor máximo pago pelo INSS é de R\$ 3.467,40.

"Os regimes próprios de previdência são mais viáveis. No regime geral, existe um cálculo que nunca será positivo, uma vez que o dinheiro que deveria ser aplicado em rendimentos para uma futura aposentadoria é usado na saúde e na assistência social", explica o diretor jurídico do Sindicato dos Servidores Públicos do Estado, Rodrigo Rocha.

Além dessas mudanças, o governo tem aberto outras questões. O ministro da Previdência deixou claro que lutará contra a proposta que aprova o fim da contribuição dos servidores inativos. O texto foi aprovado na semana passada em Comissão Especial na Câmara dos Deputados. Ele prevê isenção da contribuição a partir dos 65 anos e cria um redutor de 20% por ano, a partir dos 61 anos. "Isso é um contrassenso", disse Gabas.



Fim das pensões



Uma única previdência



Contribuição dos servidores inativos

Hoje, o cônjuge e filhos com até **18 anos** têm direito à pensão por morte. O governo quer acabar com esse benefício com a intenção de preservar o dinheiro do sistema previdenciário e de evitar fraudes.

Além da Previdência Social, existem vários regimes de previdência voltados para os trabalhadores públicos. O governo quer concentrar todas as contribuições em apenas um órgão: o INSS.

Atualmente, os servidores aposentados precisam continuar a pagar seu regime de previdência. Está no Congresso Nacional uma proposta para acabar com esse desconto na remuneração dos inativos. O projeto prevê isenção da contribuição a partir dos **65 anos** e cria um redutor de **20%** por ano a partir dos **61 anos**.

Várias famílias vivem das pensões. O governo não explica como seria a compensação financeira para os filhos e cônjuges de trabalhadores falecidos.

Existem critérios diferentes para a liberação da aposentadoria de um servidor. Algumas categorias conseguem se aposentar com salários acima de **R\$ 20 mil**. Com a integração das previdências, os servidores teriam que ser enquadrados no sistema do INSS, que paga **R\$ 3.467,40** como valor máximo de aposentadoria.

O governo quer vetar a proposta e manter a contribuição para não diminuir a arrecadação. No entanto, os servidores querem ter sua aposentadoria sem corte, até porque, durante todo o tempo de trabalho, já pagou para ter o direito à aposentadoria integral.

para jovens no mercado. Um outro motivo é que a Força Sindical tem lutado por mais conquistas previdenciárias. A alteração da idade mínima não resolverá o problema do Fator Previdenciário, nem elevará o benefício. A mudança trará mais dificuldades para a solicitação da aposentadoria.

e preocupantes, como a sonegação das empresas no pagamento da taxa de INSS. Combatendo fraudes, seria possível aumentar a arrecadação e garantir os benefícios sociais"

EUSTACHIO RAMACCIOTTI
Advogado previdenciário



"Já houve uma tentativa de união das previdências, mas essas ações vão trazer enormes perdas para o funcionário público. Isso tudo para se evitar a quebra do sistema da seguridade social, que está sendo gerido de forma inadequada e contrária a qualquer cálculo atuarial que se possa fazer"

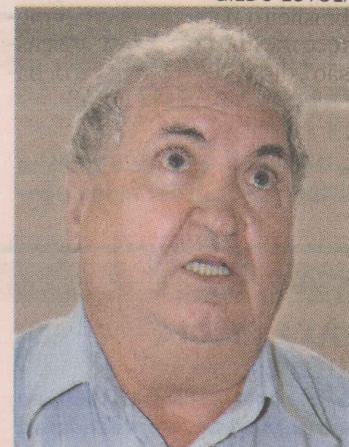
RODRIGO ROCHA RODRIGUES
Diretor jurídico do Sindipúblicos

"O governo já fez mudanças na aposentadoria dos servidores. Fomos derrotados por eles. A união do regime dos servidores ao INSS pode até acontecer desde que o governo encontre uma maneira de garantir uma aposentadoria complementar a todos os funcionários públicos"

JOSÉ MAGESK
Coordenador do Sintufes

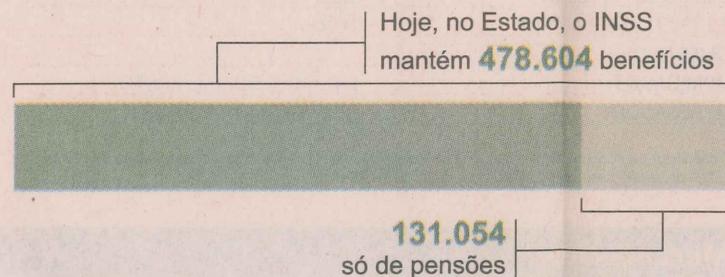
"A Previdência quer derrubar as conquistas dos trabalhadores para ter mais dinheiro. O problema é que quanto mais recursos, mais chances têm do dinheiro ser roubado. Se o governo, em primeiro lugar, combater a corrupção poderia votar mudanças positivas para os atuais aposentados e para os trabalhadores que, no futuro, vão pedir o benefício"

JOÃO BATISTA INOCENTINI
Presidente do Sind. Nacional dos Aposentados



GILDO LOYOLA

RETRATO DA PREVIDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

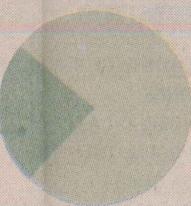


Os gastos com todos os pagamentos chegam a mais de

R\$ 317 milhões

As pensões representam **24%** dos custos no Estado, um total de

R\$ 78 milhões



Proposta classifica como prejudicial ao trabalhador enviar o resultado por meio de correspondência

Segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que fazem perícia médica poderão conhecer o resultado logo após a avaliação. Isso é o que prevê o Projeto de Lei 7.209/10, que classifica como constrangedor e prejudicial ao trabalhador o envio do resultado da perícia via carta para sua casa. Hoje, somente os profissionais com carteira assinada recebem o resultado na hora. Desempregados e autôno-

mos só têm a resposta por meio de correspondência.

Essa possibilidade é descrita como absurda pela Associação Nacional de Médicos Peritos. A proposta prevê também que a concessão de auxílio-doença deverá ser concedida sempre por um prazo determinado. Ao final de cada período, deverá ser feita, então, uma nova perícia até que seja comprovada a recuperação do paciente.

O projeto tramita nas comissões de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Caso seja aprovada sem mudanças, pode seguir direto para o Senado sem precisar ser votado no plenário.